

Comissão dá parecer inicial contra inclusão de técnica de 'pulmão artificial' e remédio contra a Covid no SUS

Análise preliminar da Conitec, comissão que atua como órgão consultivo do Ministério da Saúde, deu parecer desfavorável à incorporação pela rede pública de um novo tratamento para pacientes de Covid e de um aparelho que atua como pulmão artificial e pode ser utilizado em alguns casos graves da doença.

O medicamento Regn-Cov-2 foi aprovado para uso emergencial em abril pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Já o ECMO (oxigenação por membrana extracorporeal) ficou conhecido após ter sido usado pelo ator Paulo Gustavo.

O motivo, segundo a co-

missão, está na baixa oferta de dados que apontem benefícios após revisão de estudos (no caso do Regn-Cov-2) e dificuldade de implementação devido à falta de centros especializados (no caso do ECMO).

Agora, a previsão é que as propostas sigam em consulta pública por dez dias. Após esse período, a comissão, formada por membros do ministério e de outros órgãos, deve emitir um parecer final, que será encaminhado à Saúde.

O ECMO funciona como uma espécie de pulmão artificial com uso de máquina que oxigena o sangue fora do corpo, substituindo temporariamente o órgão comprometido de maneira severa. Não

se trata de um tratamento específico para a Covid, mas de uma tecnologia que pode ser usada também nesses casos.

Documento da comissão lembra que o ECMO é indicado a pacientes com síndrome respiratória aguda grave decorrente de infecções virais, mas que sejam refratários ao uso de ventilação mecânica invasiva, técnica que costuma ser usada em UTIs.

Segundo relatório da Conitec, a estimativa é que 1% a 1,2% dos pacientes com ventilação mecânica precisem de ECMO, com custo estimado de R\$ 15 milhões por ano ao SUS (a conta foi feita considerando o contexto de uso na pandemia).

Natália Cancian/Folhapress



Economia



Construção pressiona por importação de aço após alta de preço

Página - 03

Projeção de crescimento do PIB em 2021 passa de 3,2% para 3,5%

Página - 03



Adventures faz terceira aquisição e busca R\$ 200 milhões para comprar marcas digitais

Página - 05

Pandemia reforça fusão no ensino superior

Página - 05

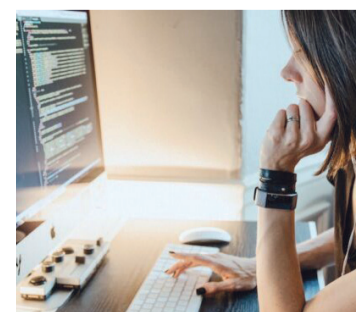
Política

Ernesto confirma à CPI ação de Bolsonaro por cloroquina, tenta esconder agressões à China e é chamado de mentiroso

Página - 04

Debate sobre reforma tributária empobreceu, diz ex-assessora de Guedes

Página - 04



No Mundo

Confronto com Israel causa crise humanitária em Gaza, com falta de água e 52 mil deslocados



A Faixa de Gaza está imersa em uma crise humanitária desde o início da escalada de violência entre Israel e o Hamas -grupo que controla o enclave- na última semana.

Faltam alimentos, água potável e remédios, há risco de disseminação de Covid-19 e outras doenças e mais de 52 mil palestinos tiveram que deixar suas casas, informaram a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OMS (Organização Mundial da Saúde) nesta terça-feira (18).

O dia começou mais calmo na região, sem notícias sobre ataques ou mortos, mas no início da tarde (meio da manhã no Brasil) o confron-

to foi retomado, com bombardeios aéreos sobre Gaza e lançamento de foguetes sobre cidades israelenses.

Em Israel, dois trabalhadores tailandeses morreram, informou a polícia do país, subindo para 12 o número de mortos deste lado desde o começo da última semana. Os grupos radicais Hamas e Jihad Islâmica reivindicaram responsabilidade pelo ataque.

Segundo as autoridades, um foguete atingiu um lugar onde vive um grupo de estrangeiros, deixando ainda cinco pessoas feridas, sendo uma em estado grave.

Ainda não foram divulgadas informações sobre mortes do lado palestino nesta terça, mas moradores de Gaza dis-

seram que Israel está efetuando fortes bombardeios sobre o enclave. Testemunhas afirmam que um morteiro israelense atingiu e incendiou uma fábrica de tintas no sul da região.

“O combate não vai parar até que a gente consiga uma calma duradoura e de longo prazo”, disse o ministro da Defesa israelense, Benny Gantz, em uma declaração em vídeo na qual culpou o Hamas pela violência na região.

De acordo com autoridades de saúde de Gaza, desde a última segunda-feira (10), os bombardeios aéreos do Exército israelense mataram 213 pessoas, incluindo 61 crianças e 36 mulheres e deixaram 1.400 feridos.

Folhapress

Marinha da Índia busca 80 desaparecidos no mar após ciclone devastador

A Marinha da Índia executa uma grande missão de resgate aéreo e marítimo, nesta terça-feira (18), em busca de 81 trabalhadores e tripulantes desaparecidos. A embarcação em que eles estavam afundou no mar agitado, após um ciclone poderoso que atingiu o litoral oeste do país. Cerca de 180 das pessoas a bordo da barcaça foram resgatadas durante o naufrágio no litoral de Mumbai. Foram iniciados esforços para remover tripulantes retidos em uma segunda barcaça que encalhou devido à tempestade, disse a Marinha.

“Há ondas de 6 a 7,6 metros, os ventos estão fortes e

a visibilidade é baixa”, informou o porta-voz da Marinha, Vivek Madhwal. “Navios e aeronaves foram mobilizados para a missão de busca e resgate”.

O ciclone Tauktae, a tempestade mais intensa a atingir a costa oeste indiana em duas décadas, arrancou torres de alta tensão e árvores e causou desabamento de casas, matando ao menos 19 pessoas, disseram autoridades.

A tempestade chegou ao solo no estado de Gujarat, aumentando a pressão no momento em que a Índia enfrenta um pico surpreendente de casos e mortes de covid-19, além de escassez de leitos e oxigênio nos hospitais. ABR



Cientistas criam testes de covid-19 com resultados em tempo recorde



Pesquisadores das universidades da Flórida, nos Estados Unidos, e Chiao Tung, em Taiwan, criaram dispositivos que permitem detectar a infecção pelo novo coronavírus em um segundo ou em menos de 30 minutos, conforme a técnica usada. Os estudos foram divulgados ontem (18) na publicação Journal of Vacuum Science & Technology B, do Instituto Americano de Física.

Os cientistas desenvolveram um biossensor que permite detectar em um segundo biomarcadores para o vírus.

Uma equipe da Universidade de Illinois, também nos Estados Unidos, criou um dispositivo portátil, em que

muitos dos seus componentes podem ser impressos em 3D e que permite obter resultados precisos a partir de uma amostra de saliva em menos de 30 minutos. O dispositivo é apresentado em artigo na revista Nature Communications.

O biossensor, semelhante ao usado para detectar glicose no sangue, permite identificar proteínas do novo coronavírus SARS-CoV-2 por meio de um detector de biomarcadores -- semelhante na forma às tiras de papel utilizadas nos testes de níveis de glicose -- com um pequeno canal onde são colocados os fluidos a serem analisados.

Dentro desse ‘microcanal’, os fluidos entram em contato com eletrodos, um dos

quais é revestido a ouro, onde são quimicamente fixadas amostras de anticorpos específicos para o SARS-CoV-2.

No processo de análise, um sinal elétrico é enviado de um painel de controle por meio do eletrodo com as amostras de anticorpos para um segundo eletrodo, sem anticorpos.

Esse sinal volta depois ao painel de controle, onde é amplificado por um transistor e convertido num determinado número - indicador do diferencial entre o eletrodo com anticorpos e o eletrodo sem anticorpos - que representa uma posição numa escala de concentração de proteínas virais presentes na amostra em análise. RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Construção pressiona por importação de aço após alta de preço



A Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) apresentará à Camex (Câmara de Comércio Exterior) nos próximos dias um pedido formal para a redução do imposto para a importação de produtos feitos em aço.

A solicitação já tinha sido apresentada ao Ministério da Economia, a quem a Camex é vinculada, mas não foi discutida.

A proposta do setor é de uma redução de 12% para 1% da tarifa de importação por seis meses, com a possibilidade de renovação por igual período.

A expectativa das construtoras é a de que a medida possa aumentar a oferta e, com isso, criar pressão por

preços menores no mercado interno. Produtos como vergalhões e bobinas acumulam altas de 68% e 76%, respectivamente, em 12 meses.

“Precisamos de um choque de oferta, ou a situação só vai se reequilibrar pela redução da demanda, que virá pela quebra geral”, diz José Carlos Martins, presidente da Cbic.

Na rede de distribuição, segundo o Inda (Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço), a alta acumulada até maio está entre 50% e 52% e as usinas já comunicaram que novos reajustes para junho e julho estão em estudo. Na CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), fala-se em aumentos entre 5% e 10%.

Até o início do ano, as construtoras também rela-

tavam dificuldade de abastecimento ou prazos muito longos para entregas. O Sinduscon-SP (sindicato da indústria do setor) divulgou uma carta na semana passada defendendo a repactuação de contratos públicos e privados.

Mesmo com o abastecimento normalizado, os atrasos registrados entre o terceiro e quarto trimestres do ano passado exigiram cronogramas mais longos de obras, segundo a entidade.

Já a Aço Brasil, entidade que representa as siderúrgicas, afirma que não há desabastecimento. Em abril, o setor registrou produção de 3,1 milhões de toneladas de aço bruto, o melhor resultado desde outubro de 2018, e 59,3% superior ao registrado no mesmo período de 2020. Folhapress

Projeção de crescimento do PIB em 2021 passa de 3,2% para 3,5%



A projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2021 aumentou de 3,2% para 3,5%, ficando em R\$ 8,42 trilhões, segundo dados do Boletim Macroeconômico de Maio, divulgado hoje (18), em Brasília, pelo Ministério da Economia. Os números mostram que a previsão de inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para este ano é de 5,05%, acima do centro da meta de inflação de 3,75% para o ano. A meta tem ainda intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Segundo o boletim, a projeção do PIB (a soma de to-

Ministro apresenta estudo para desestatização da Ferroeste

O Ministério da Infraestrutura apresentou ontem (18) o estudo de viabilidade técnico-econômica que visa a desestatização da Estrada de Ferro Paraná Oeste, mais conhecida como Ferroeste.

Durante o evento, que contou com a participação do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e dos governadores do Paraná, Ratinho Júnior, e do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, também foi assinado o contrato de arrendamento do terminal portuário PAR12, localizado no Porto de Paranaguá.

Os dois estados estão entre os que serão mais beneficiados pelos dois empreendimentos, uma vez que boa parte da produção agrícola do

MS poderá ser escoada pela ferrovia até o Porto de Paranaguá. No trecho em operação da ferrovia, os produtos mais transportados são grãos, contêineres e cimento.

A Ferroeste ligará as cidades paranaenses de Guarapuava e Cascavel. A expectativa é de uma extensão da ferrovia até a cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul (MS). Segundo o Ministério da Infraestrutura, são esperados R\$ 8 bilhões em investimentos.

Tarcísio de Freitas defendeu o avanço da ferrovia até Mato Grosso do Sul, o que, segundo ele, “ligará umbilicalmente” o estado com o Porto de Paranaguá. “Tenho certeza de que, no futuro, estaremos capturando carga também no Paraguai”, disse o ministro.

Pedro Peduzzi/ABR



das as riquezas produzidas no país) para 2022 até 2025 é de 2,5%. A publicação diz, ainda, que o aumento da estimativa do PIB de 2021 se deve a uma melhora da expectativa do resultado econômico do primeiro trimestre de 2021, com um aumento esperado de 0,3% na margem do PIB com ajuste sazonal, “mesmo diante do aumento das regras legais de distanciamento e a despeito do fim do auxílio emergencial”.

Para o segundo semestre deste ano, o boletim afirma que, com o avanço da vacinação contra a covid-19, é esperada uma aceleração do setor de serviços. Entre outros pontos, destaca-se a ampliação da vacinação no país

como um fator fundamental para a retomada da atividade econômica.

“Deve-se salientar que a incerteza nas estimativas atuais ainda permanece significativamente elevada. Ademais, as projeções da atividade para este e para os próximos anos tornam-se particularmente sensíveis à divulgação dos dados e ao desenrolar dos efeitos da covid-19 e do processo de vacinação, principalmente considerando os seus efeitos no PIB de longo prazo”, afirma.

O boletim também registra a performance dos diferentes setores da economia, registrando aumento na atividade do setor de serviços e na produção agrícola. ABR

Política

Ernesto confirma à CPI ação de Bolsonaro por cloroquina, tenta esconder agressões à China e é chamado de mentiroso



Em depoimento à CPI da Covid no Senado nesta terça-feira (18), o ex-chanceler Ernesto Araújo confirmou que mobilizou a estrutura do Ministério das Relações Exteriores para a compra da hidroxiquina e afirmou que o processo contou com a atuação do presidente Jair Bolsonaro.

Ernesto também buscou negar os atritos com a China, país fornecedor de matéria-prima para a fabricação de vacinas, e os ataques que ele próprio desferiu ao país asiático.

Nesse momento do depoimento ele foi repreendido pelo presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), que afirmou que o ex-chanceler estava “faltando com a verdade”.

O depoimento de Ernesto Araújo era considerado fundamental pelos senadores da comissão, que queriam questioná-lo se a política externa ideológica e os ataques promovidos a alguns países, em particular à China, afetaram a compra de insumos e de vacinas contra a Covid-19.

À CPI Ernesto confirmou informação divulgada pelo jornal Folha de S.Paulo de que o governo Bolsonaro mobilizou a estrutura diplomática brasileira para adquirir hidroxiquina, medicamento sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19.

“Naquele momento, março, havia uma expectativa de que houvesse eficácia no uso da cloroquina para o tratamento da Covid, não só no Bra-

sil. Havia notícias sobre isso de vários lugares do mundo. Houve uma grande corrida aos insumos para hidroxiquina e baixou precipitadamente o estoque de cloroquina, fomos informados pelo Ministério da Saúde”, disse.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o Itamaraty enviou telegramas à Índia a partir de março de 2020 para tentar garantir a importação do medicamento e de insumos.

E, embora Ernesto tenha citado o mesmo mês de março, o Itamaraty continuou acionando o corpo diplomático, em telegramas de junho, para garantir o fornecimento de hidroxiquina, mesmo depois de sociedades médicas terem desaconselhado o uso apontando efeitos colaterais graves.

Folhapress

Debate sobre reforma tributária empobrecerá, diz ex-assessora de Guedes



É melhor aprovar uma reforma tributária que trate apenas de tributos federais, sem isenções para saúde, educação, cesta básica e livros, do que uma mudança que envolva também estados e municípios, mas com a concessão desses benefícios sem foco na baixa renda.

Essa é a avaliação de Vanessa Canado, que deixou há cerca de três semanas o cargo de assessora especial voltada à reforma tributária do Ministério da Economia.

Em entrevista à Folha, ela falou sobre os motivos da saída, questões políticas que travam a reforma e disse que a volta de um tributo nos moldes da antiga CPMF não tem sido discutida no ministério.

Ernesto Araújo diz que OMS tem problemas “de gestão e transparência”

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia do Senado, nesta terça-feira (18), o ex-chanceler Ernesto Araújo afirmou que partiu dele a orientação para que o governo brasileiro tivesse sido o único a apoiar declarações do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra a Organização Mundial da Saúde (OMS). Na ocasião, uma resolução debatida por um dos comitês da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecia a importância do organismo no combate à emergência sanitária global do novo coronavírus. Em uma contraproposta, os Estados Unidos, que haviam rompido com a OMS, queriam retirar essa parte do documento.

“Partiu de mim a orientação de agir nesse sentido e em

outros sentidos, não para contestar a importância da OMS, mas para que nada fosse interpretado como uma carta branca para a OMS, no momento em que já se haviam identificado várias idas e vindas daquela organização”, disse.

Araújo acrescentou que o fundamento diplomático para a decisão foi a necessidade de que um organismo internacional da importância da OMS tivesse “transparência e eficiência nas suas decisões”. “A OMS – isto está documentado –, em vários momentos, voltou atrás em orientações, em percepções, em diferentes recomendações a respeito da pandemia, e nós achamos que isso precisaria ser avaliado e que não se deveria simplesmente colocar um pano em cima disso, e essa frase poderia levar a isso”, explicou.

Karine Melo/ABR



Vanessa participou da elaboração do projeto do governo que transforma o PIS/Cofins na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e da proposta da Câmara que unifica esses e mais três tributos em um IBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) nacional. Os novos tributos seguem o modelo internacional conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Você participou da elaboração da proposta da Câmara (PEC 45) e do projeto do governo da CBS. O que avalia como o mínimo para uma boa reforma tributária do consumo?

Alíquota única uniforme, sem diferenciação entre bens e serviços e entre tipos de serviços de bens. Do ponto de

vista econômico, isso é ruim, porque eu distorço decisões de negócio. Posso decidir produzir algum bem porque ele me dá uma margem de lucro maior, já que tem incentivo fiscal e não produzir aquilo que a sociedade e a economia precisam.

Alíquota única uniforme, não cumulatividade e princípio do destino. São os três princípios caros a uma boa reforma tributária do consumo. Se alguém me perguntasse onde não deveria ceder, são nesses três pontos, nessa ordem.

Os novos presidentes, Rodrigo Pacheco [Senado] e Arthur Lira [Câmara], estão se ambientando um pouco nesse vespeiro.

Biznews

Fusões & Aquisições

Adventures faz terceira aquisição e busca R\$ 200 milhões para comprar marcas digitais



O grupo de comunicação e marketing Adventures está fazendo a sua terceira aquisição desde que foi fundada, em dezembro de 2020, por Rapha Avellar, da Avellar Media, e por Ricardo Dias, que era responsável pelo marketing da Ambev, dona das cervejas Skol, Brahma e Antarctica.

A empresa está comprando a Homem de Lata, produtora de Alê Braga, que já atendeu grandes marcas como Azul, Globo, GNT, Petrobras, Coca-Cola, Danone, Nissin, SBT, entre outras. Com o negócio, cujo valor não foi divulgado, Braga passa a ser sócio da Adventures.

“A aquisição vai reforçar

o braço de Studios da Adventures, que produz desde vídeos de 15 segundos para o TikTok até séries documentais”, diz Avellar, com exclusividade ao NeoFeed. “Se tem uma coisa importante no mundo hoje é a atenção das pessoas. E a melhor maneira de capturar a atenção é com conteúdo relevante.”

Com a Homem de Lata, Avellar diz que a Adventures ganha uma produtora capaz de produzir vídeos com qualidade, mas também com velocidade, uma necessidade do mercado. “Qualidade, velocidade e volume hoje são fundamentais”, afirma Avellar.

A Adventures comprou em fevereiro a Go4it Agency, agência de marketing esporti-

vo, que representa o jogador de futebol do PSG Thiago Silva, o bicampeão mundial de surf Gabriel Medina e a skatista Leticia Bufoni. Ela fazia parte do portfólio da holding de investimentos Go4it Capital da dupla Marc Lemann e Cesar Villares. Felipe Stanford, um dos sócios da agência, será agora “managing director” da área de talentos da Adventures.

Em dezembro do ano passado, a Adventures adquiriu a consultoria Fellipa Consulting, de André Fellipa, ex-presidente para a América Latina da Mondelez, dono de marcas como Bis, Laka, Halls, Oreo, entre tantas outras. Ele também se tornou sócio da Adventures. NeoFeed

AT&T negocia com Discovery criação de gigante do streaming de US\$ 150 bi

A AT&T está perto de um acordo para combinar sua unidade de conteúdo, a WarnerMedia, com a rival Discovery, para criar um gigante de mídia avaliado em US\$ 150 bilhões (cerca de R\$ 790 bilhões).

As negociações acontecem cinco anos depois de a AT&T adquirir a Time Warner (dona da CNN, da HBO e da Warner Bros), por US\$ 85,4 bilhões (R\$ 449 bilhões, pelo câmbio atual), quando a companhia de telecomunicações desejava se transformar na maior empresa mundial de conteúdo e distribuição integrada.

O conselho de diretores da AT&T se reuniria neste domingo (16) para aprovar o acordo, disseram duas pessoas com conhecimento direto da transação. O negócio deverá ser anunciado nos próximos

dias, segundo essas pessoas.

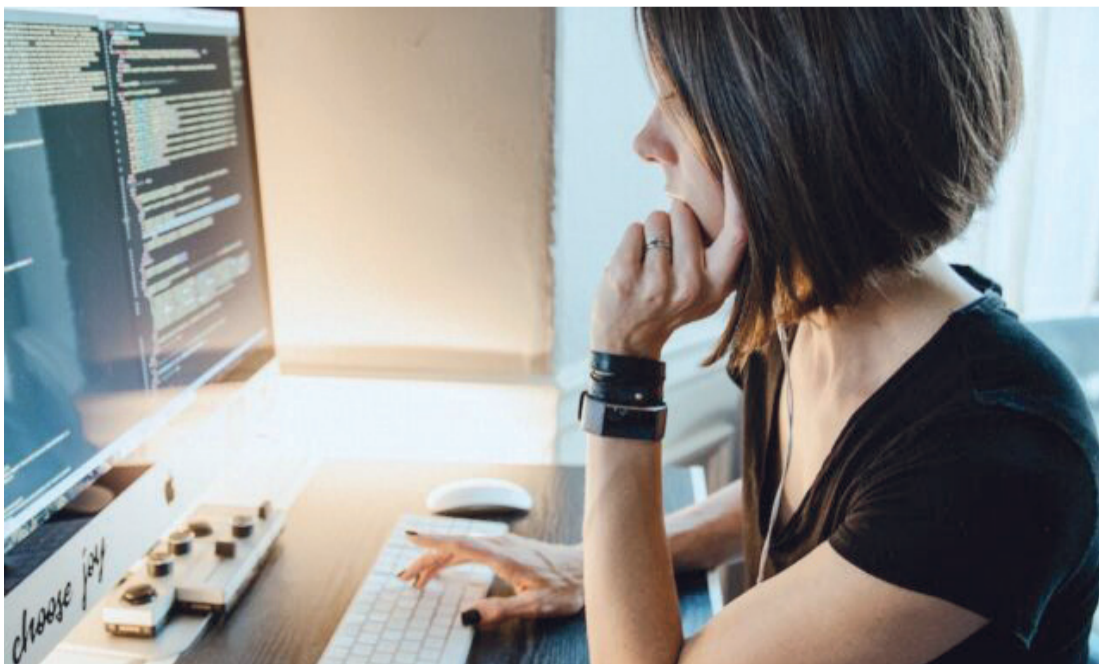
A combinação fundiria um dos mais valiosos catálogos de Hollywood —que abrange os estúdios de cinema e televisão da Warner Bros, a rede HBO e um portfólio de canais a cabo que inclui a CNN— com a Discovery, que teve sucesso com um novo serviço de streaming com programas não roteirizados de cozinha e reformas de casas.

Após anos de predomínio da Netflix na paisagem de streaming, as maiores companhias do mundo de mídia e tecnologia tentaram revidar com seus próprios serviços. No último ano e meio, Disney, Apple, Warner Media, Comcast, Discovery e outras lançaram plataformas de streaming enquanto disputam uma fatia do futuro do entretenimento.

Biznews



Pandemia reforça fusão no ensino superior



As empresas de ensino superior se depararam com um grande desafio na pandemia ao ter que se adaptar, de uma hora para outra, com aulas 100% à distância e ainda lidar com a evasão escolar. Esse é um dos motivos que leva a RGS Partners a acreditar que o processo de fusões e aquisições no ensino superior só tende a se intensificar neste ano. Um levantamento feito pela consultoria mostra que no ano passado foram 7 operações e mais duas neste ano. Em janeiro, a Ser Educacional concluiu a aquisição da Sociedade Educacional Rondônia por 120 milhões de reais e a Ânima Educação comprou a CEFOS, mantenedora da faculdade de Direito Milton Campos, por 57 milhões de reais. No ano passado, das sete transações

rastreadas pela RGS, apenas duas informaram valores. A maior delas foi do grupo Afya Participações que adquiriu a Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida, o Centro Universitário de São Lucas, a Sociedade Universitária Redentor, além da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, em uma transação de R\$ 380 milhões.

“Entre os grandes players deste mercado, o grande destaque é a Cogna, maior grupo de ensino privado do país. A companhia é a maior compradora em número de transações dos últimos 10 anos, com 15 negócios concluídos”, diz o sócio da RGS, Guilherme Stuart. Neste ano, a Cogna fez uma grande operação com a Eleva no valor de 580 milhões de reais, mas foi uma operação que envolve o ensino básico. Veja

Publicidade Legal

Nicolio Participações S.A.

CNPJ/ME nº 38.202.094/0001-54 – NIRE 35.300.554.825

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de fevereiro de 2021

1. Data, Hora e Local: Aos 22/02/2021, às 15h, na sede social da Companhia, na Rua Líbero Badaró, nº 293, 21º andar, conjunto 21C, Centro, São Paulo-SP. **2. Publicações Legais e Presença:** Publicação de edital de convocação dispensada em virtude da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Presidente: Sr. Marcos Lima de Freitas Filho; Secretário: Sr. André Sawaya. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da denominação social da Companhia; (ii) a alteração do endereço da sede da Companhia; (iii) alteração do objeto social da Companhia; (iv) a consignação da renúncia dos antigos diretores; (v) a eleição dos novos diretores da Companhia; (vi) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia; (vii) a emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, para colocação privada ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para colocação privada junto à True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), a ser vinculada à emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 359ª Série da 1ª Emissão da Securitizadora, nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 358ª e 359ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A.", a ser celebrado entre a Securitizadora e a Vórtix Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda. ("Termo de Securitização" e "Agente Fidejussório"), os quais serão ofertados por meio de distribuição pública ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 414, de 30/12/2004 ("Instrução CVM 414"), conforme alterada, e da Instrução da CVM nº 476, de 16/01/2009 ("Instrução CVM 400"), conforme alterada, e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Operação de Securitização"); (viii) a autorização aos diretores da Companhia para negociar os termos e condições finais da Emissão e da Operação de Securitização, incluindo todos os documentos relacionados à Emissão e à Operação de Securitização e seus eventuais aditamentos e obrigações da Companhia, e praticar todos os atos necessários para a formalização das deliberações acima mencionadas, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Emissão e da Operação de Securitização. **5. Deliberação:** Após exame das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista aprovou, sem ressalvas: (i) a alteração da denominação social da Companhia para "PNPR01 - Empreendimentos Imobiliários S/A"; (ii) a alteração do endereço da sede da Companhia para Rua Tabapuã, nº 422, conjunto 41 – parte, Itaim Bibi, São Paulo-SP; (iii) a alteração do objeto social da Companhia, que passará a ser de: (a) desenvolvimento de empreendimentos imobiliários (CNAE nº 4110-7/00); (b) compra e venda de bens próprios (CNAE nº 6810-2/01); e (c) locação de bens próprios (CNAE nº 6810-2/02); (iv) a consignação e aceitação da renúncia apresentada na presente ata pelos diretores da Companhia: (a) o Sr. Carlos Eduardo Prado, do cargo de Diretor Presidente; e (b) a Sra. Silvia Aparecida dos Anjos, do cargo de Diretora, nos termos das cartas de renúncia que constam como Anexo I à presente Ata. (v) Ato seguinte, a eleição de novos diretores da Companhia, para um mandato unificado de 2 anos a contar da presente data: a. **André Sawaya**, RG nº 19.880.232-8 (SSP/SP), CPF/ME nº 287.982.238-60, para o cargo de Diretor sem designação específica; b. **Roberto Pimenta Camargo Araújo**, RG nº 32.901.176-5 (SSP/SP), CPF/ME nº 360.841.268-98, para o cargo de Diretor sem designação específica; e c. **Marcos Lima de Freitas Filho**, CPF/ME nº 223.069.748-02, RG nº 32.941.881 (SSP/SP), para o cargo de Diretor sem designação específica. Os diretores ora eleitos tomam posse na presente ata pela entrega dos termos de posse que constam como Anexo I à presente Ata e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (vi) em razão das deliberações aprovadas acima, os acionistas resolvem aprovar a ampla reforma e consolidação integral do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a nova redação constante do Anexo II à presente Ata; (vii) nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei das S.A., a Emissão das Debêntures, que deverão ter as características abaixo relacionadas: **Valor total da Emissão:** até R\$ 37.500.000,00. **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas até 37.500 Debêntures. **Data de Emissão das Debêntures:** 22/02/2021. **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** o valor nominal unitário de cada Debênture é de R\$ 1.000,00 na Data de Emissão. **Número da Emissão:** primeira emissão da Companhia. **Convertibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações nos termos do artigo 57 da Lei das Sociedades por Ações. **Espécie:** as Debêntures são da espécie quirografária e serão automaticamente convoladas em espécie com garantia real, independentemente da celebração de qualquer aditamento à Escritura de Emissão, quando forem registradas em Cartório de Títulos e Documentos as cessões fiduciárias de recebíveis e alienações fiduciárias descritas na Escritura de Emissão. **Procedimento de Colocação:** as Debêntures serão objeto de colocação privada e sem a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, sujeitas ao artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976 e da Instrução nº 476/2009, de 16/01/2009 da Comissão de Valores Mobiliários. **Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de 144 meses a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 22/02/2033 ("Data de Vencimento"). **Atualização Monetária e Cálculo dos Juros Remuneratórios:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado monetariamente ("Atualização Monetária") a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures até a integral liquidação das Debêntures pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$Vna = Vne \times C$$

onde, **Vna** = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **Vne** = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, após incorporação de juros e atualização monetária a cada período, ou pagamento de amortização, se houver, conforme o caso, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **C** = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left(\frac{Nik}{Nik-1} \right)^{\frac{dcp}{dct}}$$

Onde:

onde: **n** = Número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo "n" um número inteiro; **Nik** = Valor do número-índice do IPCA divulgado 1 mês antes da Data de Aniversário (conforme abaixo definido), referente ao segundo mês anterior ao mês da respectiva Data de Aniversário. Caso este valor seja inferior ao valor do Nik utilizado na Data de Aniversário imediatamente anterior, o Nik permanecerá

igual ao valor utilizado na Data de Aniversário imediatamente anterior ("Nik Acumulado Anterior"), sendo certo que o Nik Acumulado Anterior continuará sendo utilizado nas Datas de Aniversário subsequentes até que, em determinada Data de Aniversário, se apure um Nik em valor superior ao Nik Acumulado Anterior ocasião na qual este passará a ser utilizado, aplicando-se tal mecanismo consecutivamente até a Data de Vencimento das Debêntures; **Nik-1** = Nik utilizado na Data de Aniversário imediatamente anterior; A título exemplificativo, para a data de aniversário de março de 2021 do valor de Nik-1 será igual ao valor do número-índice do IPCA referente ao mês de dezembro de 2020; **dcp** = Número de dias corridos existentes entre: (i) a primeira Data de Integralização para a primeira atualização monetária, respeitado o *pro rata* do primeiro período; ou (ii) a Data de Aniversário imediatamente anterior, para as demais atualizações monetárias, e a data de cálculo, sendo "dup" um número inteiro; e **dct** = número de dias corridos existentes entre: (i) a primeira Data de Integralização e a próxima Data de Aniversário, para a primeira atualização monetária; e (ii) a Data de Aniversário imediatamente anterior e a próxima Data de Aniversário, para as demais atualizações monetárias, sendo "dup" um número inteiro. Observações: (i) O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 casas decimais, sem arredondamento:

$$\left(\frac{Nik}{Nik-1} \right)^{\frac{dcp}{dct}}$$

(ii) o número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE; (iii) a aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor sem necessidade de ajuste à este Termo de Securitização ou qualquer outra formalidade; (iv) considera-se como "Data de Aniversário" todo o dia 22 de cada mês, sendo que, caso este não seja dia útil, será considerado o próximo dia útil subsequente ("Data de Aniversário"); (v) considera-se como mês de atualização, o período compreendido entre 2 Datas de Aniversário consecutivas; e (vi) o produtor é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento. A aplicação do IPCA observará o disposto abaixo: a) na impossibilidade de utilização do IPCA, aplicar-se-á o IGP-M divulgado pela FGV, e, na falta desse último, outro índice oficial vigente, reconhecido e legalmente permitido, dentre aqueles que melhor refletirem a inflação do período. Este novo índice será definido de comum acordo entre a Emissora e a Securitizadora; b) caso na Data de Atualização o índice do IPCA não seja publicado ou não esteja disponível por algum motivo, deverá ser utilizado a variação dos 12 últimos índices publicados e disponíveis divulgada pelo IBGE; c) o índice de atualização monetária deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo; d) se sobrevier legislação permitindo a correção monetária em periodicidade inferior à anual, será automaticamente adotada a menor periodicidade legalmente admitida desde que não inferior a trimestral, a partir do início de vigência da legislação autorizativa; e **Juros remuneratórios.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou o seu saldo, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 6,25% ao ano, base 360 dias corridos, calculados *pro rata temporis* por dias corridos decorridos durante o período de vigência das Debêntures ("Juros Remuneratórios" ou "Remuneração"). Os Juros Remuneratórios serão reduzidos para 6,00% ao ano, sem a necessidade de Assembleia, caso ocorra um pré-pagamento de pelo menos 30% do Valor Total da Emissão, a partir do 19º mês, inclusive, contado da Data de Emissão do CRI CVC. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vna \times [Fator Juros - 1]$$

Sendo que: **J** = valor unitário de juros acumulado no período, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **Vna** = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **Fator Juros** = fator de juros fixos calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator \text{ de Juros} = \left[\left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{dcp}{dct}} \right]$$

Sendo que: **i** = 6,2500 ou 6,0000 (conforme o caso); **dcp** = **e** o número de dias corridos entre a data da integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso e a data de cálculo, sendo "dcp" um número inteiro; **dct** = **e** o número de dias corridos entre a (i) Data da Primeira Integralização e a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente posterior, para o primeiro período de capitalização; ou (ii) Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior e Data de Pagamento de Remuneração imediatamente posterior, para os demais períodos de capitalização, sendo "dct" um número inteiro. Os Juros Remuneratórios serão pagos, mensalmente, até a Data de Vencimento das Debêntures, conforme cronograma de pagamentos previsto no Anexo III à presente Escritura, sendo cada uma de referidas datas uma "Data de Pagamento de Remuneração" e o montante total atualizado devido, o "Valor Total da Emissão". O período de capitalização dos Juros Remuneratórios é o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira integralização dos CRI, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na última Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais períodos de capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento de Remuneração (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, resgate antecipado ou vencimento antecipado, conforme o caso ("Período de Capitalização"). Amortização do Principal e Amortização Extraordinária Obrigatória. Sem prejuízo da hipótese de resgate antecipado facultativo, os valores devidos a título de Principal deverão ser amortizados e pagos pela Emissora, em sua totalidade, na Data de Vencimento das Debêntures. **Amortização Extraordinária Obrigatória:** Semestralmente, a partir do 6º mês contado da Data de Emissão, na respectiva Data de Pagamento de Remuneração, respeitada a cláusula 4.10.2.1. abaixo, caso o resultado do cálculo previsto na fórmula abaixo seja maior que 0, a Securitizadora deverá realizar amortização extraordinária obrigatória do Valor Nominal Unitário Atualizado (ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado), que deverá abranger, proporcionalmente, todos os CRI, limitada a 98% do Valor Nominal Unitário Atualizado ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), a ser calculada conforme fórmula abaixo ("Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória") e caso o resultado do cálculo previsto na fórmula abaixo seja menor que 0, a Emissora não realizará qualquer amortização:

$$AE = Vna_j - 1.000,00$$

onde: **AE** = Valor unitário da amortização extraordinária parcial. Valor em reais, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **Vna_j** = Valor Nominal Unitário Atualizado ou o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, após **PMTI** descrita na cláusula 4.10.6 abaixo; A partir 49º mês, inclusive, contado da Data de Emissão, caso o resultado do cálculo previsto na fórmula abaixo seja maior que 0, a Securitizadora deverá realizar, semestralmente, amortização extraordinária obrigatória do Valor Nominal Unitário Atualizado (ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado), que deverá abranger, proporcionalmente, todos os CRI,

limitada a 98% do Valor Nominal Unitário Atualizado, sendo a primeira implementação no 54º mês, a ser calculado conforme fórmula abaixo:

$$AE = [Vna_j + (MD \times 3,9216)] - (1.000,00)$$

AE = Valor unitário da amortização extraordinária parcial. Valor em reais, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **Vna_j** = Valor Nominal Unitário Atualizado ou o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, após **PMTI** descrita na cláusula 4.10.6 abaixo; **MD** = Quantidade de Datas de Aniversário após o 49º (mês); A Amortização Extraordinária Obrigatória ocorrerá mediante envio, pela Securitizadora, de comunicação individual dirigida à Securitizadora e para B3 ("Comunicação de Amortização Extraordinária Obrigatória") com, no mínimo, 3 Dias Úteis de antecedência da data da efetiva realização da amortização, sendo certo que a Amortização Extraordinária Obrigatória deverá obrigatoriamente ocorrer em uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Obrigatória deverá constar, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva da Amortização Extraordinária Obrigatória, que deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil; (ii) a estimativa do Valor da Amortização Extraordinária Obrigatória; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Obrigatória. **Cálculo da Amortização:** O Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado, nas datas indicadas no Anexo III a esta Escritura, de acordo com a fórmula abaixo:

$$AM_i = Vna \times T_{ai}$$

onde: **AM_i** = Valor da i-ésima parcela de amortização. Valor unitário em reais, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **Vna** = Valor Nominal Unitário, conforme definido acima; e **T_{ai}** = i-ésima taxa de amortização, expressa em percentual, com 4 casas decimais, conforme tabela constante do Anexo I a este Termo de Securitização. **Pagamento das parcelas das Debêntures:** Os pagamentos relativos as Debêntures serão realizados nas Datas de Pagamento de Remuneração, de acordo com a fórmula abaixo:

$$PMT_i = AM_i + J$$

PMTI = Pagamento referente ao i-ésimo mês. Valor unitário em reais, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento; **AM_i** = i-ésima amortização, valor unitário em reais, conforme definido acima; e **J** = Valor da Remuneração, valor unitário em reais, calculado conforme definido acima. (viii) autorizar a Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais, à: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures e que venham a ser aplicáveis à Operação de Securitização, desde que as condições e características da Emissão acima previstas sejam respeitadas; (b) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão e da Operação de Securitização, bem como quaisquer aditamentos aos pertinentes documentos; (c) tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas; e (d) contratar os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Operação de Securitização, quando aplicável, incluindo, sem limitação, custodiante, banco liquidante e escriturador, assessores legais, o Agente Fidejussório, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários. (ix) por fim, autoriza os diretores da Companhia a praticarem todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos que possam ser necessários para o cumprimento das matérias aprovadas nesta Assembleia. **6. Encerramento, Lavatura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, a Assembleia foi encerrada e lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes. Fica autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, § 2º, da Lei das S.A. **7. Assinaturas:** **Marcos Lima de Freitas Filho** – Presidente; **André Sawaya** – Secretário. **Acionista:** Panorama Properties Fundo de Investimento Imobiliário, representado por sua administradora Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A. (p.p. Alexandre Calvo e Gustavo de Macedo Malheiros). **Estatuto Social da PNPR01 - Empreendimentos Imobiliários S/A. Artigo 1º.** **PNPR01 - Empreendimentos Imobiliários S/A ("Companhia")** é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 422, conjunto 41 – parte, Itaim Bibi, com prazo indeterminado de duração. **§ Único.** Sempre que o interesse social exigir, a Companhia poderá, a critério e por deliberação da Assembleia Geral, abrir filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer lugar do território nacional. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social: (a) desenvolvimento de empreendimentos imobiliários (CNAE nº 4110-7/00); (b) compra e venda de bens próprios (CNAE nº 6810-2/01); e (c) locação de bens próprios (CNAE nº 6810-2/02). **Artigo 3º.** O capital da Companhia, parcialmente integralizado, é de R\$ 1.200.000, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§ 2º.** A Assembleia Geral poderá criar ações preferenciais, de uma ou mais classes, com ou sem direito de voto, sem guardar proporção com as ordinárias. **Artigo 4º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, domiciliados no Brasil. O mandato dos diretores é de 2 anos, sendo permitida a reeleição e permanecendo em seus cargos até substituição ou reeleição. **§ Único.** A remuneração dos diretores será estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. **Artigo 5º.** A Diretoria é o órgão executivo da Administração da Companhia e tem competência para realizar todos e quaisquer atos relativos ao objeto social da Companhia. **§ 1º.** A assinatura isolada de qualquer Diretor ou procurador obrigará a Companhia. **§ 2º.** Os mandatos em nome da Companhia devem ser outorgados por prazo determinado, exceção aos casos de representação perante o foro em geral. **Artigo 6º.** As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão anualmente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício fiscal, e as Assembleias Gerais extraordinárias, quando se fizer necessário por determinação dos acionistas. **§ 1º.** A Assembleia Geral, se instalará e se realizará na forma da lei. **§ 2º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos à Companhia, podendo tomar todas as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 7º.** O Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente e se instalará na forma da lei. Quando instalado, será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes. **Artigo 8º.** O exercício social coincide com o ano civil. As demonstrações financeiras anuais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária, que deliberará sobre a distribuição de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., ou até sobre sua retenção, total ou parcial. **§ Único.** Balançetes trimestrais poderão ser elaborados e, por deliberação da Assembleia Geral, declarados dividendos com base neles. **Artigo 9º.** A Companhia entrará em liquidação, nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar a sua forma e eleger o liquidante. **Artigo 10.** A Companhia poderá ter seu tipo modificado por deliberação majoritária. Sua transformação não ensejará direito de receso. **Artigo 11.** Fica, desde já, eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja". JUCESP – Registrado sob o nº 143.021/21-7 em 24/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Bolsa fecha em leve alta de 0,03%, aos 122.979,96 pontos



Além da falta de bom sinal em Nova York, o dia foi negativo também para as cotações do petróleo, em baixa pouco acima de 1% no fechamento, pressionado por relato da BBC de que um acordo nuclear com o Irã será selado na quarta-feira. “Se o Irã obtiver rapidamente a conformidade nuclear, os mercados poderão ver mais oferta em meados do verão (do hemisfério norte)”, observa em nota o analista Edward Moya, da corretora OANDA, em Nova York. Devolvendo parcialmente os ganhos da segunda-feira, Petrobras PN e ON encerraram nesta terça respectivamente em baixa de 1,16% e 1,31%. Mais uma vez, a sessão foi positiva para mineração

(Vale ON +1,00%) e siderurgia (CSN ON +1,65%) e para a maioria das ações de bancos (BB ON +1,39%, Bradesco PN +1,60%). Na ponta do Ibovespa, Cielo fechou em alta de 4,35%, Eletrobras ON, de 3,03%, e Totvs, de 2,60%. No lado oposto, Eztec cedeu 4,79%, Braskem, 3,65%, e Minerva, 3,56%.

Destaques positivos para as ações de Eletrobras (PNB +2,32%), com a indicação pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que a votação de MP sobre a privatização da empresa, prevista para quarta-feira, após debate do relator com todas as lideranças e bancadas.

“A queda do setor de construção, após relatório pessimista do Credit Suisse quanto ao rumo do segmento

neste ano – e, por consequência, rebaixando a recomendação para as ações -, ajuda a explicar o fato do Ibovespa ter perdido força ao teste de 123 mil pontos”, observa Rafael Ribeiro, analista da Clear Corretora.

Por outro lado, no aspecto gráfico, ao romper a resistência imediata em 122.960 pontos, o Ibovespa pode confirmar “um novo pivot de alta e buscar a máxima histórica como primeiro objetivo em 125.320 pontos”, observa Igor Graminhani, analista técnico da Genial Investimentos, chamando atenção para a “tendência de alta no curto e no médio prazo, com formação de topos e fundos ascendentes”. No lado contrário, ele localiza o próximo suporte aos 119.460 pontos.

IstoÉDinheiro

Quatrix Investimento e Participações Imobiliárias S/A

CNPJ/MF nº 17.297.499/0001-43

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas contas do Patrimônio Líquido e das Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em Reais - R\$)		Passivo em 31 de dezembro (Em Reais - R\$)	
2020	2019	2020	2019
Ativo		Circulante	
Circulante	1.000	Circulante	1.000
Disponível	1.000	Não Circulante	50.382
Caixa/Bancos	1.000	Exigível a Longo Prazo	50.382
Não Circulante	31.402.283	Controladas e Coligadas	50.382
Realizável a Longo prazo	24.262.320	Patrimônio Líquido	31.352.901
Investimentos	31.402.283	Capital Social	417.669
Participações Societárias	31.402.283	Reserva de Lucro	30.935.232
Total do Ativo	31.403.283	Total do Passivo	31.403.283

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais - R\$)		Demonstração de Fluxo de Caixa - Fluxo das Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais - R\$)	
Capital	Reserva Legal	Reserva Lucros	Lucros Acumulados
Saldo em 31/12/2018	417.669	-	25.851.310
Resultado do Exercício	-	-	-
Constituição de Reserva	-	(2.047.332)	(2.047.332)
Saldo em 31/12/2019	417.669	-	23.803.978
Resultado do Exercício	-	-	7.131.255
Constituição de Reserva Legal	-	1.649.128	(1.649.128)
Constituição de Reserva de Lucro	-	7.131.255	(7.131.255)
Saldo em 31/12/2020	417.669	1.649.128	29.286.104

1) Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das S.A., 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis. 2) Sumário das principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas. 3) O Capital Social é de R\$ 417.669,00 representadas por 417.669 ações totalmente integralizadas.

Companhia Agrícola São Bento da Esmeralda

CNPJ/MF nº 56.972.953/0001-76

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores em R\$ 1,00)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		Capital Social		Despesas	
Circulante	9.575.244,78	44.000.000,00	1.159.793,15	Despesas Administrativas Gerais	(3.863.348,59)
Caixa e Equivalente de Caixa	1.187.527,48	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	44.000.000,00	Despesas Financeiras	(18.948,42)
Outros Créditos	279.768,35	Saldo em 31/12/2018	44.000.000,00	Receitas Financeiras	3.721.586,44
Outros Valores a Receber	8.107.948,95	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	44.000.000,00	Rendimento de Aplicação financeira	65.469,73
Não Circulante	73.155.028,77	Saldo em 31/12/2019	44.000.000,00	Descontos Obtidos	0,06
Investimentos	80.052.747,66	Aumento de capital	1.100,00	Juros sobre Capital Próprio	3.636.000,00
Ações em Outras Empresas	73.155.028,77	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	44.001.100,00	Variação Monetária	20.116,65
Imobilizado	80.052.747,66	Saldo em 31/12/2020	44.001.100,00	Outras Receitas	(6.897.718,89)
Total do Ativo	82.730.273,55	Total do Passivo	82.730.273,55	Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.897.718,89)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo		Capital Social		Despesas	
Circulante	533.009,57	44.000.000,00	1.159.793,15	Despesas Administrativas Gerais	(3.863.348,59)
Empréstimos e Financiamentos	-	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	44.000.000,00	Despesas Financeiras	(18.948,42)
Obrigações Fiscais/Sociais	451.129,56	Saldo em 31/12/2018	44.000.000,00	Receitas Financeiras	3.721.586,44
Outras obrigações	81.880,01	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	44.000.000,00	Rendimento de Aplicação financeira	65.469,73
Passivo não Circulante	12.541.711,92	Saldo em 31/12/2019	44.000.000,00	Descontos Obtidos	0,06
Obrigações a Longo Prazo	12.541.711,92	Aumento de capital	1.100,00	Juros sobre Capital Próprio	3.636.000,00
Patrimônio Líquido	69.655.552,06	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	44.001.100,00	Variação Monetária	20.116,65
Capital Social	44.001.100,00	Saldo em 31/12/2020	44.001.100,00	Outras Receitas	(6.897.718,89)
Reserva Legal	1.159.793,15	Total do Passivo	82.730.273,55	Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.897.718,89)
Reserva de Lucros	38.883.107,90			Resultado antes do IRPJ e CSL	(7.039.481,04)
Lucros/Prejuízos Exercício Anterior	(7.348.967,95)			Lucro Líquido do Exercício	(7.039.481,04)
Lucros/Prejuízos Exercício	(7.039.481,04)				

Luiz Fernando Martins Castro - Diretor
Salateli Dias Batista Filho - Contador CRC 1SP 261.936/O-8

Palhações Patrimonial e Participações S/A

CNPJ/ME nº 10.570.982/0001-00 - NIRE 35.300.364.201

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 5 de março de 2021

Hora, Data e Local: 10h00, de 05/03/2021, na sede social. Convocação: Dispensada em face da presença da totalidade dos acionistas da Companhia. Deliberações: a) aprovadas, sem reservas ou restrições as contas dos Administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31/12/2020, os quais foram publicados em 02/03/2021, nos jornais: DOE-SP, página 46, e Data Mercantil, página 05; b) aprovada a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2020; c) aprovada a não instalação do Conselho Fiscal neste exercício, e, d) aprovada a deliberação de que os membros da Diretoria não receberão remuneração a título de pró-labore neste mandato. Assinaturas: Mesa: Antonio Adelino Pereira Fernandes, representado por seu procurador Luiz Carlos Dias Fernandes (Presidente); Alexandre Fernandes Adami (Secretário). JUCESP nº 210.578/21-0, em 06/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Confira no nosso site as principais notícias do dia: www.datamercantil.com.br

Dólar cai a R\$ 5,25 com fluxo e DXY nas mínimas em 3 meses



Volatilidade voltou a marcar o mercado de câmbio nesta terça-feira. O dólar subiu pela manhã, mas nos negócios da tarde ensaiou queda maior, chegando às mínimas de R\$ 5,23 em meio a relatos de fluxo externo para o megaleilão do Tesouro desta terça, com volume de R\$ 19,4 bilhões, de papéis mais longos, os preferidos pelos fundos externos. O exterior positivo também ajudou, com o dólar nas mínimas em meses antes moedas fortes como euro e, no caso da divisa do Canadá, tocando os menores níveis em seis anos. Mas o quadro interno, com o andamento da CPI da Covid e a expectativa pela agenda da quarta-feira, com depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello e a ata da reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), limitaram a melhora do real. O economista-chefe da BlueLine Asset Management, Fabio Akira, ressalta que o dólar vem se depreciando não só ante o real, mas ante outras moedas, como a do Canadá e do México. Essa última vem se valorizando por causa da aceleração do crescimento dos Estados Unidos, que beneficia diretamente a economia mexicana. "É uma conjuntura global que está beneficiando o real, além da redução do estresse de curto prazo (no Brasil)", disse ele. Pelo lado doméstico, Akira observa que havia enorme incerteza embutida nas cotações do câmbio, com risco de ruptura fiscal de curto prazo.

NÚMEROS DO MERCADO FINANCEIRO

DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 5,2582 / R\$ 5,2588 ** Câmbio livre mercado - R\$ 5,2510 / R\$ 5,2530 * Turismo - R\$ 5,2630 / R\$ 5,4070

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,24%

OURO BM&F R\$ 312,000

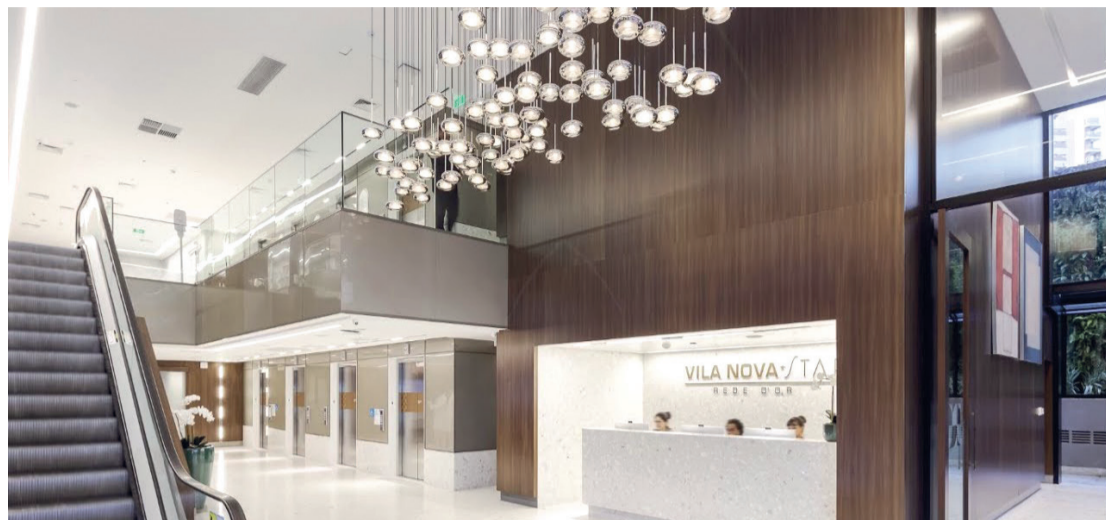
BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: 0,03% Pontos: 122.979

Volume financeiro: R\$ 27,774 bilhões
Maiores altas: Cielo ON (4,35%), Eletrobras ON (3,03%), Totvs ON (2,60%)
Maiores baixas: Eztec ON (-4,79%), Braskem PN (-3,65%), Minivera ON (-3,56%)

S&P 500 (Nova York): -0,85%
Dow Jones (Nova York): -0,78%
Nasdaq (Nova York): -0,56%
CAC 40 (Paris): -0,21%
Dax 30 (Frankfurt): -0,07%
Financial 100 (Londres): 0,02%
Nikkei 225 (Tóquio): 2,09%
Hang Seng (Hong Kong): 1,42%
Shanghai Composite (Xangai): 0,32%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,05%
Merval (Buenos Aires): -0,03%
IPC (México): 0,85%

Negócios

Queda nos casos de Covid-19 e ganho de rentabilidade: o diagnóstico da Rede D'Or



No início de dezembro de 2020, quando abriu capital na B3, a Rede D'Or levantou R\$ 11,39 bilhões e foi avaliada em R\$ 112,5 bilhões, concretizando, assim, o terceiro maior IPO da história da bolsa de valores brasileira.

De lá para cá, o grupo vem lidando com o peso de sustentar o status conquistado junto aos investidores. Com o desafio adicional de equilibrar, em sua operação, o atendimento a pacientes da Covid-19 e de outras patologias.

“A companhia vem mostrando muita resiliência operacional e capacidade de adaptação e flexibilidade”, afirmou Paulo Moll, CEO da Rede D'Or, em

conferência com analistas nesta terça-feira. “E conseguindo manter, mesmo diante de tantas oscilações, altas taxas de ocupação.”

Desde o início da pandemia, o grupo já atendeu mais de 1 milhão de pacientes sintomáticos da Covid-19, dos quais, 300 mil tiveram casos confirmados, que geraram mais de 40 mil internações nos hospitais da rede, com taxa de letalidade geral de 1,7%.

Embora não tenha revelado o número consolidado, a Rede D'Or informou na apresentação do balanço do trimestre que, desde o fim do março, quando contabilizava um total de 6.726 pacientes, o volume de pacientes da Covid-19 teve uma queda de

26% nas unidades do grupo.

O recuo não trouxe, no entanto, impactos na operação. “Temos observado a redução dos casos desde o início de abril”, disse Moll. “No entanto, ela tem sido compensada pela ocupação por outras patologias e cirurgias, o que traz um efeito positivo nos resultados.”

Alguns indicadores do primeiro trimestre também ilustram o cenário de maior equilíbrio entre as duas frentes, com a recuperação de procedimentos que haviam sido impactados durante os primeiros meses da Covid-19, mesmo diante da escalada dos casos do novo coronavírus até o fim de março.

Neofeed

Em mais um capítulo da batalha do streaming, Amazon negocia compra da MGM



Depois do anúncio na segunda-feira sobre a fusão entre a WarnerMedia, da AT&T, e a Discovery, o mercado de entretenimento e streaming pode produzir um novo capítulo de consolidação. E, mais uma vez, com dois gigantes protagonizando essa movimentação.

Os atores da vez são a Amazon e a Metro Goldwyn Mayer (MGM). Segundo o portal americano The Information, a empresa do bilionário Jeff Bezos estaria negociando a aquisição do icônico estúdio de Hollywood, em uma transação que poderia chegar ao patamar de US\$ 9 bilhões.

As conversas para um acordo estão em curso há algumas semanas. E têm como pano de fundo a intenção já manifestada em dezembro

do ano passado pela MGM Holdings, dona da MGM, de encontrar um comprador para o estúdio.

A negociação está sendo conduzida por Mike Hopkins, vice-presidente sênior da Amazon Studios e Prime Video, que vem conversando diretamente com Kevin Ulrich, presidente do conselho de administração da MGM.

Com um eventual acordo, a Amazon reforçaria o catálogo do Amazon Prime Video, seu serviço de streaming, com 4 mil filmes, em um catálogo que inclui títulos e franquias como “James Bond”, “Rocky/Creed”, “Hobbit” e “O Silêncio dos Inocentes”.

O acervo da MGM inclui ainda a programação da MGM TV, com séries como “Vikings”, “Fargo”, “Teen Wolf” e “The Handmaid’s Tale”, além de programas como

“The Voice”, “Survivor”, “Shark Tank” e “The Hills”.

Segundo dados divulgados pela Amazon em seu balanço do primeiro trimestre de 2021, mais de 175 milhões de pessoas acessaram os conteúdos do Amazon Prime Video em 2020. Pioneira, a líder no segmento ainda é a Netflix, com aproximadamente 208 milhões de assinantes. Já a Disney+ ultrapassou recentemente a marca de 100 milhões de usuários.

Empresas como Sony Pictures Entertainment e ViacomCBS também estariam no páreo pela MGM, que tem o seu próprio serviço de streaming, batizado de Epix. Os rumores sobre uma proposta mais avançada da Amazon, no entanto, ganharam força no último fim de semana.

Neofeed

Pague Menos negocia compra da rival Extrafarma

A rede de varejo farmacêutico Pague Menos afirmou nesta terça-feira que esta em negociações para comprar a rival Extrafarma, controlada pela Ultrapar, o que fez suas ações dispararem na bolsa brasileira.

A Reuters noticiou mais cedo nesta terça-feira que a Pague Menos chegou a um acordo para comprar a Extrafarma por 600 milhões de reais, citando fontes familiarizadas com o assunto.

Ultrapar e Pague Menos não deram mais detalhes sobre o negócio nos comunicados que confirmaram as tratativas.

Por volta de 11:50, as ações da Pague Menos disparavam 9,5%, a 11,76 reais, enquanto Ultrapar perdia o fôlego e cedia 1%, após subir mais de 2% nos primeiros negócios.

O negócio tornara a Pague Menos a segunda maior varejista de drogarias do Brasil, atrás apenas da RD, dona das bandeiras Drogasil e Droga Raia. Atualmente, a Pague Menos é a terceira maior cadeia de farmácias. A compra da Extrafarma

elevará em mais de um terço o número de lojas da Pague Menos, para 1.503 unidades, e reforçará a sua presença principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, afirmou uma das fontes. A Extrafarma possui 402 lojas. A Pague Menos, que tem como investidor a gestora de private equity General Atlantic, pagará 300 milhões de reais pela fatia da Ultrapar na varejista quando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) der o sinal verde para o negócio. O restante será pago nos próximos dois anos, em duas parcelas iguais. Considerando dívida e caixa, o valor total da Extrafarma foi fixado em 700 milhões de reais. O negócio deve criar sinergias entre 150 milhões e 250 milhões de reais nos próximos 3 anos para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da Pague Menos, principalmente pelo potencial aumento de vendas da Extrafarma, acrescentou uma das fontes.

IstoéDinheiro